

As representações sobre o regime militar nos livros didáticos de história (1985-2011): de “revolução” a golpe civil-militar de 1964

Representations of the military regime in history textbooks (1985-2011): from “revolution” to civil-military coup of 1964

André Barbosa Fraga¹

Resumo

Neste artigo, são analisadas as representações sobre o regime militar brasileiro em um conjunto de livros didáticos de história para o ensino médio produzidos entre 1985 e 2011. O objetivo é compreender algumas mudanças presentes nas memórias sobre o regime militar inseridas nos livros didáticos. Em quatro décadas de redemocratização, ocorreram significativas transformações.

Palavras-chave: educação; ensino de história; lugares de memória; livro didático; regime militar

Abstract

This article analyzes the representations of the Brazilian military regime in a set of history textbooks for high school produced between the years of 1985 and 2011. The article has as objective to understand some of the changes present in the memories of the military regime inserted in textbooks. Significant changes occurred in four decades of re-democratization.

Keywords: education; history teaching; places of memory; textbook; military regime

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), mestre pelo mesmo programa, graduado e licenciado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), historiador e professor de história na educação básica. E-mail: andrebraga@yahoo.com.br

Introdução

A maior parte das pesquisas acadêmicas brasileiras que versaram sobre a história da educação e, mais especificamente, sobre o ensino de história, produzidas com mais frequência sobretudo a partir da década de 1980, tem dado atenção privilegiada ao estudo dos materiais pedagógicos presentes na escola. Entre eles, a um se atribuiu lugar de destaque e desde então vem sendo alvo de análises frequentes e aprofundadas: o livro didático. Inúmeros trabalhos têm sido escritos a respeito dos manuais de história publicados em vários momentos da história do Brasil (REZNIK, 1992; BITTENCOURT, 1993; MUNAKATA, 1998; GATTI JR., 2004).

Tanto interesse de estudiosos oriundos especialmente de áreas como história, sociologia, educação e psicologia, por um material pedagógico específico, o livro didático, deve-se ao caráter central atribuído a este desde que seu uso se tornou siste-

mático no país a partir do século XIX. Até os dias de hoje, o livro didático é considerado por muitos uma das ferramentas mais decisivas a dar suporte ao processo de ensino-aprendizagem e a interferir na qualidade da educação. Para vários professores, o livro didático se apresenta como o único meio de acesso à informação de que dispõem, tornando-se referência decisiva no que se ensina e como se ensina. Por isso, a maior parte dos trabalhos que visaram analisar algum tipo de influência pedagógica presente no interior da escola escolheu o livro didático como objeto.

Outro fator que ajuda a explicar essa mudança profunda de interesse dos historiadores, nas últimas décadas, pelos livros didáticos foi o fato de a história do livro, da leitura e da escrita ter passado a constituir um sólido campo de estudos na Europa, desenvolvido por alguns historiadores e tendo Roger Chartier como um dos melhores

representantes. Tais abordagens, ao chegarem ao Brasil, passaram a dar muita atenção aos livros didáticos, já que a inserção deles na trajetória da produção literária brasileira não podia ser ignorada, sobretudo se pensarmos na posição que ocuparam e ainda ocupam no mercado editorial brasileiro. No início do século XX, correspondiam a dois terços dos livros publicados (CHOPPIN, 2004: 551) e representavam, ainda em 2003, 54% dos livros vendidos no país (CASSIANO, 2007: 95). Esses dados nos dão a noção exata do peso que sempre tiveram no volume total de obras editadas e vendidas.

O livro didático é certamente um objeto de muita complexidade e de múltiplas funções ao ser, ao mesmo tempo, mercadoria, instrumento pedagógico, referência sobre conteúdos selecionados, objeto cultural e documento histórico (MONTEIRO, 2009: 198). A essa lista elaborada por Ana Maria Monteiro podemos acrescentar ainda outra

característica que o torna tão atraente para os historiadores como objeto de pesquisa: ser também um lugar de memória.² Para Pierre Nora, esses espaços correspondem a lugares concretos, como museus e monumentos, e a lugares intelectualmente elaborados, como livros e a própria historiografia (1993: 25).

Os manuais escolares são, portanto, locais privilegiados de construção e divulgação do conhecimento e de formação de identidades. Ao construir tal conhecimento em um esforço homogeneizador, acabam servindo como instrumentos para a formação da memória de um país, demarcando aquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Em outras palavras:

² A expressão “lugares de memória” foi criada pelo historiador francês Pierre Nora. Para ele, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993: 13).

[...] o livro escolar pode ser compreendido como “lugar de memória”, onde os acontecimentos são transformados em fatos que passam a compor a memória nacional, na condição de marcos fundadores. [...]. Os sentidos impressos em toda a sua estrutura didática fazem dele portador de um sistema de valores, de cultura e de representações, que articulados à narrativa histórica colaboram na composição da consciência e da memória coletiva de uma sociedade. (CALDAS, 2005: 12).

Seguindo essa linha de abordagem que reconhece o livro didático como um dos principais difusores não somente do conhecimento histórico mas também e sobretudo de determinada memória sobre o passado, no presente artigo são discutidas as representações sobre o golpe militar ocorrido no Brasil em 1964 e sobre os governos ditatoriais que o sucederam, inseridas em livros didáticos de história no período de 1985 a 2011.

Objeto semelhante já foi estudado por pesquisas anteriores, como: “A construção da memória no ensino da história”, artigo de Luís Reznik (2004); e *O regime militar no*

livro didático de história do ensino médio: a construção de uma memória, tese de Aristeu Castilhos da Rocha (2008). No entanto, esses dois autores, em seus respectivos estudos, debruçaram-se sobre os livros didáticos de temporalidade distinta da escolhida aqui. O objetivo de ambos foi analisar as representações sobre o regime militar presentes nos manuais escolares que circularam ainda no período de sua vigência. Que memória foi se constituindo nos livros didáticos acerca do golpe de 1964 nos anos seguintes a esse acontecimento?

Neste artigo, são analisados alguns elementos presentes nos livros didáticos produzidos em conjuntura totalmente oposta àquela em que esses autores focaram os olhares: a da redemocratização. Longe da censura e com todo o aparelho repressivo desmontado, foi possível elaborar novas narrativas sobre a ditadura. Partimos da década de 1980 e de livros produzidos exatamente em

1985, ano que marcou o fim definitivo do regime militar no Brasil, quando Tancredo Neves foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral e, com sua morte prematura, antes de tomar posse, o vice, José Sarney, assumiu o cargo no dia 15 de março. Portanto, de início são analisados manuais publicados no período marcado pelo processo de transição política, em cuja década foi concedida anistia aos acusados ou condenados por crimes políticos, multidões foram às ruas embaladas pela campanha das "Diretas Já" e foi elaborada a nova Constituição do Brasil, em 1988. Uma questão a ser investigada é como os livros escritos e publicados na década de 1980, no calor dos acontecimentos e no retorno da democracia, depois de 21 anos, interpretaram esses anos de ditadura. Nos anos 1990, essa interpretação foi alterada de alguma forma?

Na primeira década do século XXI, o interesse pelo período do regime militar aumentou considera-

velmente. Criaram-se, nas principais universidades do Brasil, grupos de pesquisa sobre o tema ou, se já existiam, ampliaram-se; aumentou expressivamente a quantidade de dissertações e teses defendidas tendo o período em questão como foco; no mercado editorial, cresceu consideravelmente a quantidade de livros publicados sobre o assunto, entre outras medidas empregadas. Toda essa atenção crescente dispensada ao regime militar nos anos 2000 foi diagnosticada por Carlos Fico em 2004, quando eventos organizados em todo o país comemoraram os 40 anos do golpe de 1964:

Tem sido notável, neste ano, o interesse despertado pelos eventos de toda sorte que vão marcando a data, diferentemente de dez anos atrás, quando seminários acadêmicos sobre os trinta anos do golpe de 64 tiveram de ser cancelados ou contaram com baixa frequência de público. Milhares de pessoas, na maioria jovens, têm comparecido a debates em todo o Brasil. A imprensa acompanha com interesse atividades acadêmicas regra geral ignoradas. Várias publicações voltadas para o tema têm sido lançadas. Qual a causa de tamanha aceitação? A explicação certamente

fundamenta-se no fato de que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, graças tanto à pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto ao que poderíamos caracterizar como um “desprendimento político” que o distanciamento histórico possibilita: tabus e ícones da esquerda vão sendo contestados sem que tais críticas possam ser classificadas de “reacionárias”. (FICO, 2004: 30).

Será que todo o conhecimento acumulado por essas pesquisas foi capaz de influenciar o conteúdo dos livros didáticos? Os manuais publicados nessa década mudaram muito em relação aos de 1990? Se, na primeira década do século XXI, a temática do regime militar ascendeu expressivamente, ficando em evidência, no início da segunda o crescimento foi ainda mais considerável, atingindo como nunca discussões que extrapolaram a esfera acadêmica, passando a fazer constantemente parte da pauta dos principais telejornais do Brasil e da imprensa de forma geral, sobretudo em virtude da vitória na eleição para presidente da República, em 2010, de Dilma Rousseff, uma ex-militante de

esquerda que passou quase três anos, de 1970 a 1972, presa pela ditadura militar e sofreu sessões de tortura.

Em seu governo, foi criada pela lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Instituída em 16 de maio de 2012, a CNV tem por finalidade apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Além do empenho da presidenta, é preciso deixar registrado que essa comissão saiu do papel em grande medida pela pressão, de muitos anos, de organizações de direitos humanos e de indivíduos que foram torturados ou de famílias que perderam pai e mãe, filhos e filhas. Essa pressão foi compartilhada por grande parte das nações da América Latina que, assim como o Brasil, tiveram experiências ditatoriais recentes em seus países.

Enfim, neste artigo, são abordados alguns elementos presentes no material selecionado com o objetivo

de averiguar transformações ocorridas no que diz respeito ao conteúdo. Quais foram as principais mudanças que se constituíram nos manuais dos anos 1980, 1990, 2000 e 2010? De que forma o contexto de produção pode tê-las influenciado?

A escolha dos livros a integrarem este pequeno exercício de análise proposta obedeceu a dois critérios simultâneos. A fim de padronizar a análise, o primeiro deles foi optar por publicações que tivessem sido produzidas tão somente para o ensino médio. Já o segundo critério foi definir o *corpus* documental a ser trabalhado com base em nosso acervo pessoal e em pesquisa realizada no conjunto de bibliotecas que integram o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH-UFRJ). Dessa forma, selecionamos livros encontrados em três bibliotecas, a do próprio CFCH, a do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e a do Colégio de Aplicação (CAp).

Gostaríamos de deixar registrada a surpresa que nos causou a dificuldade de encontrar e reunir, nessas instituições, os livros didáticos produzidos no período de trabalho escolhido. A escassez de material se mostrou bem diferente do que imaginávamos, sobretudo por se tratar de unidades pertencentes a cursos voltados à educação e à formação de professores. Praticamente os manuais didáticos depositados no IFCS foram produzidos nos anos anteriores a 1960, portanto muito distantes do período da redemocratização ocorrida no final da década de 1980. No CFCH, a situação não diferiu tanto, apesar de ser especializado em educação e ligado aos cursos de licenciatura, incluindo o de história. Por último, a que melhor atendeu às nossas necessidades foi a biblioteca do CAp, situada em uma instituição nascida para formar professores e, portanto, onde há uma preocupação constante com a licenciatura e com a prática de ensino,

permitindo um maior espaço para reflexões sobre o ensino de história.

Apesar das dificuldades, ao reunirmos o material obtido, chegamos aos seguintes títulos e autores, por década:

a) Para os anos 1980

- ALENCAR, Francisco; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venício. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.

b) Para os anos 1990

- KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. São Paulo: Atual, 1993.
- PETTA, Nicolina Luiza de; OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. *História: uma abordagem integrada*. São Paulo: Moderna, 1999.

c) Para os anos 2000

- VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio*. São Paulo: Scipione, 2002.
- SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. *História*. São Paulo: Ática, 2008.

d) Para o início da segunda década do século XXI

- ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Leticia Fagundes de. *Conexões com a história*. São Paulo: Moderna, 2010. v. 3.
- COTRIM, Gilberto. *História global*. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3.
- SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. *Por dentro da história*. São Paulo: Escala Educacional, 2010. v. 3.
- VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3.

- VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. v. 3.

A análise minuciosa dos 11 livros didáticos selecionados nos permitiu dividir o artigo em quatro partes, que correspondem a temas fundamentais para se compreender o período estudado: a denominação do novo regime; a participação dos civis; os grupos de oposição ao regime; e a violação dos direitos humanos. De acordo com a metodologia empregada, os temas foram trabalhados de uma perspectiva histórica, permitindo acompanhá-los nos processos de mudança pelos quais passaram nos manuais escolares ao longo das últimas décadas.

Entre continuidades e mudanças: comparação dos conteúdos apresentados nos livros selecionados

A denominação do novo regime

Começamos a análise de alguns aspectos do conteúdo dos livros selecionados pela opção escolhida pelos autores para denominar o movimento de 1964. Como mostraram Luís Reznik e Aristeu Castilhos da Rocha, nas pesquisas às quais nos referimos anteriormente, os manuais escolares produzidos e publicados durante os tempos de existência e duração do regime militar, quando em seus conteúdos abordavam o tempo presente, referiam-se ao processo de chegada dos militares ao poder como “revolução”. Reznik dá como exemplo o livro *Nova história do Brasil*, publicado em 1967 e de autoria de Barbosa Lessa, que emprega o termo “Revolução de 31 de março”. Já Aristeu da Rocha, ao produzir levantamento bem mais extenso, chega à conclusão de que, dos oito livros didáticos selecionados em seu estudo, editados de 1967 a

1982, sete chamam o momento histórico em questão de “revolução”.³

Na verdade, foram os próprios militares que, ao deflagrarem sua chegada ao poder, chamaram-na de “revolução”. Para Aristeu da Rocha, o grupo de escritores que adotou esse termo em seus livros “comunga das mesmas ideias e são vinculados à ideologia que dava sustentação ao regime militar” (2008: 206), argumento um tanto questionável por ser generalizante. Seria mais seguro levantar a hipótese de que alguns deles provavelmente estavam afinados com o governo militar, mas que outros, ainda que discordassem do conceito utilizado, não poderiam, naquela conjuntura, empregar uma

expressão mais questionadora, como golpe, uma vez que a estrutura de censura que foi se constituindo poderia vetar a circulação de exemplares, causando à editora responsável enorme prejuízo e ao autor a possibilidade de ter que se explicar às autoridades competentes, correndo o risco, até, de ser preso.

Com a progressiva abertura e, posteriormente, o fim do regime militar, foi possível empregar outros termos para representar o período. Com base nos anos compreendidos entre 1985 e 2011, qual designação foi atribuída, em tempos de retorno da democracia, ao movimento que derrubou o presidente João Goulart? É interessante notar que, nos livros que analisamos, há uma espécie de transição gradual entre os termos “revolução” e “golpe/ditadura”, não se dando imediatamente a substituição de um pelo(s) outro(s). Sendo assim, os livros *História do Brasil*, de Olavo Leonel Ferreira e *História da sociedade brasileira*, de Francisco Alencar,

³ São eles: 1) *História do Brasil*, de Armando Souto Maior, publicado pela editora Nacional em 1967; 2) *História do Brasil*, de Hélio Vianna, publicado pela editora Melhoramentos em 1967; 3) *Compêndio de história do Brasil*, de Antonio José Borges Hermida, publicado pela editora Nacional em 1973; 4) *TDH Brasil*, de Elian Alabi Lucci, publicado pela editora Saraiva em 1979; 5) *História do Brasil*, de Joel Rufino dos Santos, publicado pela editora Marco Editorial em 1979; 6) *História da sociedade brasileira*, de Francisco Alencar, Lucia Carpi e Marcus Venício Ribeiro, publicado pela editora Ao Livro Técnico em 1981; e 7) *História do Brasil*, de Olavo Leonel Ferreira, publicado pela editora Ática em 1982.

Lucia Carpi e Marcus Venício Ribeiro, ambos publicados no ano considerado um marco para a redemocratização, 1985, estão longe de chamar de “revolução” a tomada de poder pelos militares, conforme os manuais das décadas de 1960 e 1970 o fizeram, mas não utilizam a denominação “golpe” nos textos elaborados pelos próprios autores.

Francisco Alencar opta por caracterizar a tomada de poder pelos militares como “conspiração” ou “movimento”, e a permanência deles nos altos escalões do Executivo por 21 anos de “ditadura” ou “autoritarismo”. Já Olavo Leonel Ferreira emprega a expressão “movimento militar de 1964”. No entanto, embora já não corresponda mais a seu texto propriamente dito, a palavra “golpe” aparece em seu livro, na seção intitulada “Texto para leitura e análise”, espaço no qual se insere o trecho de uma obra de Thomas Skidmore e, ao final, são apresentadas algumas questões para serem respon-

didadas pelos alunos. A editora deu à atividade o título “O golpe contra Goulart”. Em contrapartida, em nenhum momento aparece a palavra “ditadura”. Enfim, podemos concluir com isso que, na década de 1980, não era unanimidade a utilização de ditadura ou golpe, sobretudo juntas.

Desde meados da década de 1980, os historiadores e escritores de livros didáticos julgaram equivocado o emprego da palavra “revolução” para caracterizar o período do governo dos militares por considerarem que o termo não se aplicaria ao ocorrido, notadamente por não ter havido mudanças estruturais, como o conceito em seu significado empregado de forma usual parecia exigir. Além disso, toda a censura, as perseguições, as prisões e os assassinatos perpetrados pelos militares ao constituírem uma cruel ditadura pesaram negativamente na hora de nomear aqueles tempos, sobretudo se pensarmos que muitos dos que se tornaram escritores de

livros didáticos no pós-1980 sofreram diretamente essa perseguição do governo. Com base em tudo isso, optou-se pela utilização da expressão “golpe de Estado” por entendê-la apenas como significado de tomada do poder contra um presidente democraticamente eleito e que não acarretou alterações profundas no *status quo* da sociedade brasileira. Dessa forma, as palavras “golpe” e “ditadura” se popularizaram e passaram a ser empregadas com força nos livros didáticos a partir da década de 1990, como a análise empreendida neste artigo evidencia.

Por fim, resta dizer que o título dos capítulos também passou por importantes transformações ao longo das décadas. Nos anos 1990, inicia-se algo que se tornaria padrão: inserir no nome do capítulo a palavra “militar” acrescida de outras que podiam variar da seguinte forma: “regime militar”, “governo militar” e “ditadura militar”. Assim, o livro *História do Brasil*, de Luiz Koshiba e Denise Pereira, pu-

blicado em 1993, chama o capítulo referente a esse período de “O movimento militar e a República após 1964”. Já o livro *História: uma abordagem integrada*, de Nicolina Petta e Eduardo Ojeda, publicado em 1999, intitula o capítulo de “O governo militar no Brasil”.

Afastava-se, desse modo, do estilo empregado nos livros das décadas de 1960 e 1970, nos quais era comum o emprego da palavra “república”, como em *Brasil: uma história dinâmica*, de Ilmar de Mattos, José Luiz Werneck e Ella Dottori, publicado em 1972, cuja última unidade, como mostra Reznik, chamava-se “A história que você vai fazer. A República Nova. 1930-1971” (REZNIK, 2004: 344). Afastava-se também dos livros dos anos 1980, ainda muito influenciados pelas décadas precedentes, como podemos ver em *História do Brasil* (FERREIRA, 1985) e *História da sociedade brasileira* (ALENCAR; CARPI; RIBEIRO, 1985), cujos títulos dos capítulos sobre o

período militar são, respectivamente, "A República depois de 1964" e "Um novo Estado (a República de 1964 aos nossos dias)".

A inserção da palavra "militar", iniciada na década de 1990 como parte dos títulos que apresentam o conteúdo dedicado ao período de 1964 a 1985, tornou-se o modelo dominante e hegemônico nas obras que se seguiram, como podemos observar nos dois livros dos anos 2000, nos quatro de 2010 e no único de 2011 analisados neste artigo: *História para o ensino médio*, de Vicentino e Dorigo (2002): "O regime militar (1964-1985)"; *História*, de Seriacopi e Seriacopi (2008): "Anos de violência no Brasil: a ditadura militar"; *Conexões com a história*, de Alves e Oliveira (2010): "Ditaduras militares na América Latina"; *História global*, de Cotrim (2010): "Governos militares"; *Por dentro da história*, de Santiago, Cerqueira e Pontes (2010): "A ditadura militar"; *História*, de Vainfas et al. (2010): "Brasil: a República dos

generais" (nesse caso, "generais" substitui "militares"); e *História geral e do Brasil*, de Vicentino e Dorigo (2011): "O regime militar".

A participação dos civis

Uma questão muito discutida e trabalhada hoje na academia é a identificação dos agentes sociais responsáveis pela implementação da ditadura e pela legitimidade e continuidade desse sistema. No que diz respeito ao caráter do regime político implementado pelo golpe de 1964, duas interpretações podem ser destacadas na historiografia. Na primeira, a experiência que tivemos no Brasil deve ser entendida exclusivamente como de responsabilidade de segmentos das Forças Armadas, daí a melhor designação para se referir àquele momento é a de regime militar. Na segunda, há um entendimento de que o que tivemos não foi somente um governo controlado pelos militares, tendo em vista o frequente apoio de setores civis.

Nessa interpretação, portanto, o melhor termo para caracterizar o período é o de regime civil-militar, por se tratar de uma ditadura em que se estimulou uma aliança política entre segmentos distintos dos meios militares e da sociedade, e que permitiu que se convivessem na direção do aparelho de Estado tanto agentes militares quanto civis (REIS, 2010; 2012). Com base nessa discussão, analisamos, neste ponto, como os livros didáticos selecionados abordaram essa questão. Por quanto tempo a primeira interpretação foi utilizada? Continua majoritária? Desde quando a segunda começou a aparecer nos manuais escolares? De que forma ocorre? Com qual intensidade?

Ao analisarmos os livros produzidos em um período considerável de 25 anos, é possível elaborarmos algumas considerações a respeito. Em geral, os 11 manuais selecionados apresentam interpretação semelhante no que se refere à ação dos grupos sociais presentes no período de crise

política desencadeada nos momentos finais do governo João Goulart. Há uma visão bipolar de que se constituíram dois grupos bem-definidos, unidos em torno dos mesmos ideais: um formado por setores que apoiavam Jango e defendiam a implementação das reformas de base, e o outro, constituído pela oposição ao presidente, que temia os rumos seguidos por ele ao supostamente tencionar implementar o comunismo no Brasil. Ou seja, as forças sociais do período se movimentavam e se posicionavam com base em suas propensões ideológicas à esquerda ou à direita. O que se difere em cada livro em relação a essa interpretação é apenas a escolha que os autores fazem ao incluir quais agentes teriam composto as fileiras de cada um dos dois blocos.

Em geral, os livros destacam como tendo sido os seguintes os integrantes do grupo pró-João Goulart: grupos de esquerda, setores

trabalhistas, sindicalistas, ligas camponesas e entidades estudantis lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Por sua vez, o movimento contrário às reformas de base e à permanência do presidente foi desenvolvido entre os grupos considerados mais conservadores da sociedade: associações patronais, empresários, oficiais de alta patente das Forças Armadas, setores da alta hierarquia da Igreja católica, políticos de direita e a classe média. Além desses, a maioria dos autores destaca um integrante estrangeiro: os Estados Unidos.

O que causa estranheza nessa interpretação é o fato de os diversos grupos de civis que fizeram associações tão fortes com os militares no capítulo dedicado à crise e ao fim do governo João Goulart, ao proporcionarem aos militares o apoio político e social necessário para a derrubada do presidente, desaparecerem de cena no capítulo voltado para descrever as ações desenvolvidas

pelos governos militares já constituídos. De fato, é preciso levar em consideração que uma parte do meio civil que patrocinou o golpe pensava que os militares somente reorganizariam o governo e o devolveriam em pouco tempo às mãos civis, mas, ao perceber que dessa vez isso não aconteceria, deixou de apoiá-los. No entanto, outros grupos de civis não só continuaram apoiando como participaram administrativamente do regime e até financiaram a criação de órgãos para perseguir, torturar e matar todos aqueles que fossem considerados inimigos. Um desses grupos foi o do empresariado, formado sobretudo por industriais, comerciantes e grandes fazendeiros. Dessa forma, não seria apropriado responsabilizar única e exclusivamente os militares pelas ações desenvolvidas durante os 21 anos em que permaneceram no poder, incluindo a violação dos direitos humanos.

Foi sobretudo por causa de pesquisas que procuraram entender o

papel dos empresários no movimento político que ocupou o poder de 1964 a 1985 que ganhou força a interpretação que prefere chamar o período em questão de regime civil-militar. Como destacam estudos recentes, os empresários tiveram papel decisivo (CAMPOS, 2012). Por exemplo, os donos de grandes empresas de engenharia, empreiteiras, não foram apenas beneficiados por políticas públicas desenvolvidas pela ditadura, mas inseriram representantes de seus interesses em posições-chave da administração do Estado. Atuaram inclusive decisivamente em práticas de terrorismo de Estado, como na Operação Bandeirantes (Oban), desenvolvida em São Paulo e liderada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury com o objetivo de perseguir grupos da esquerda armada, prendendo, torturando e mesmo assassinando seus integrantes (CAMPOS, 2012).

Essa tendência que busca relativizar o papel exclusivo dos

militares na definição dos rumos do Brasil, ao responsabilizar também civis por todos os excessos de força e violência desmedida empregados, chega aos livros didáticos na década de 1990. Está ausente nas obras *História do Brasil* e *História da sociedade brasileira*, ambas de 1985, e em *História do Brasil*, de 1993, aparecendo pela primeira vez, nos livros pesquisados, em *História: uma abordagem integrada*, de 1999. Ainda que surja, sem grande destaque no texto, como uma pequena informação, altera – e muito – a interpretação comumente empregada até então ao afirmar que os civis ajudaram diretamente o governo a armar uma extensa estrutura de controle social e de repressão aos que se opunham ao poder militar:

Listamos a seguir alguns instrumentos desse arcabouço de repressão e controle.

[...]

Operação Bandeirantes (Oban) – Instituição militar financiada por empresários paulistas, que tinha o objetivo de reprimir a oposição em São Paulo. (PETTA; OJEDA, 1999: 267).

A partir desse momento, dar espaço para discutir a associação entre os militares e os civis passa a ser regra nos manuais escolares. Essa questão vai estar presente nos dois livros dos anos 2000 analisados. Além disso, dos quatro livros de 2010 e do único de 2011 selecionados, que, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD),⁴ estão atualmente sendo utilizados nas escolas de todo o Brasil, apenas em um deles esse aspecto não aparece: *História global*, de Gilberto Cotrim. Enfim, dos seis livros que destacaram a relação civil-militar produzidos de 2002 a 2011, cinco o fazem por meio da Oban e um por ser o único a empregar a expressão “O golpe civil-militar de 1964”, que dá título ao boxe “Conversa de historiador”, no qual se

⁴ O PNLD, executado em ciclos trienais, tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O Ministério da Educação (MEC), depois da avaliação das obras, publica o Guia de Livros Didáticos, com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é enviado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem a seu projeto político-pedagógico.

apresenta um trecho do livro *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964), de Rodrigo Patto Sá Motta (VAINFAS et al., 2010: 328).

Dos livros que chamam a atenção para a Oban, é preciso ressaltar que todos os dos anos 1990 e 2000, como *História*: uma abordagem integrada, de 1999, ao qual nos referimos anteriormente, mencionam apenas o patrocínio de empresários brasileiros. Já a maioria dos produzidos em 2010 e 2011 destaca a participação de uma burguesia nacional e estrangeira ligada ao projeto, conforme podemos ver a seguir:

A Oban recebeu apoio financeiro de empresários brasileiros e estrangeiros para combater a guerrilha de esquerda. O órgão foi responsável pela prisão, tortura e morte de adversários do regime militar. Na década de 1990, foi descoberto, no bairro de Perus, na cidade de São Paulo, um cemitério onde eram enterrados corpos de prisioneiros mortos pela Oban. (ALVES; OLIVEIRA, 2010: 227).

Dois livros deixam claro aos leitores, no próprio texto do capítulo, e não somente na bibliografia, quais foram as fontes utilizadas para colher as informações sobre a Oban. Um deles cita a obra *Brasil nunca mais*: um relato para a história, escrita por John Bowker e publicada em 1986, segundo a qual a chamada Oban funcionou com verbas recebidas de multinacionais como Grupo Ultra, Ford e General Motors (SANTIAGO; CERQUEIRA; PONTES, 2010: 158). O outro utiliza em um box de título "Ajuda empresarial" um trecho do livro *A ditadura escancarada*, de Elio Gaspari, publicado em 2002. Ao fazer isso, esse manual escolar se tornou, entre todos os outros analisados, o que mais deu espaço para tratar da relação civil-militar presente no período de 1964 a 1985 ao descrever, com detalhes, valendo-se de Elio Gaspari, a Oban. No trecho citado, do qual aqui destacamos um fragmento, os alunos do ensino médio ficariam sabendo que:

A Operação Bandeirantes foi socorrida por uma "caixinha" a que compareceu o empresariado paulista. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas: representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim Neto, ministro da Fazenda, explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisavam de bastante dinheiro [...]. Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões, e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas. Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, "àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban". (SERIACOPI; SERIACOPI, 2008: 483).

A análise que empreendemos dos 11 livros didáticos produzidos de 1985 a 2011 revelou que destacar a participação mais ativa dos civis tem se tornado cada vez mais uma preocupação dos autores, e a forma de mostrar para os alunos essa associação com os militares se dá

majoritariamente pelo caso dos empresários.

Os grupos de oposição ao regime

As crescentes medidas repressivas tomadas pelo regime militar desde seu início, em 1964, praticamente fecharam todos os canais de participação política e de manifestação democrática. Desse ano em diante, as diversas instâncias da sociedade brasileira foram mantidas sob estrita vigilância. Nem assim, porém, os movimentos de oposição ao governo se calaram. Lendo os manuais escolares, percebemos como esse é um ponto importante para os autores ao organizarem os conteúdos. Analisando minuciosamente os 11 livros didáticos com que trabalhamos, foi possível reunir todos os grupos de oposição destacados nesse material, tendo sido citados poucas ou muitas vezes. São eles: operários, estudantes, camponeses, políticos, artistas, jornalistas, membros das Forças Armadas e padres (denominados “progressistas”).

Destacam-se também os movimentos de luta armada, que reuniram pessoas saídas dos diversos grupos mencionados, que na interpretação de dez dos onze livros surgiram como consequência das medidas mais repressivas advindas do Ato Institucional n. 5 (AI-5).

Já na interpretação de *História*, escrito por Ronaldo Vainfas e outros autores, a luta armada, valendo-se de assaltos a bancos e a carros-fortes, havia começado antes, em 1967 e 1968 (VAINFAS et al., 2010: 339). Surgiu por volta de uma dúzia de grupos guerrilheiros no país, dos quais os dois mais destacados pelos livros são o Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), chefiado pelo capitão Carlos Lamarca, oficial dissidente do Exército, e o Aliança Libertadora Nacional (ALN), organizado por Carlos Marighella. Essas duas guerrilhas ocorreram, respectivamente, no interior do Brasil e no meio urbano.

Obviamente, cada autor dos livros didáticos selecionou entre esses grupos aqueles que consideravam os mais importantes para inserir no texto. Nesse processo, alguns ganharam mais espaço que outros. O que investigamos aqui é justamente o lugar que os agentes de oposição ao regime ocuparam nos manuais escolares. Os três grupos mais recorrentes e com maior visibilidade nos livros foram os operários, os estudantes e os artistas. A pesquisa se propôs a estudar, ao longo do período analisado, se algum desses grupos deixou de ser lembrado ou se sobre um deles recaiu uma projeção maior.

Uma das conclusões a que chegamos foi a de que, nos anos 1990, os estudantes se tornaram, nos livros analisados, um dos principais grupos de oposição ao regime, alcançando, desde então, um *status* privilegiado. Nessa década, o espaço reservado a eles equivaleu-se, em alguns manuais didáticos, ao dedi-

cado aos operários e aos artistas, e, na maioria deles, foi até superior. Contudo, nem sempre foi assim. Os livros da década de 1980 apresentaram uma configuração distinta a essa. Em *História da sociedade brasileira* (ALENCAR; CARPI; RIBEIRO, 1985), o espaço dedicado aos estudantes é quase ínfimo e bem menor que o reservado aos operários e aos artistas, cuja insatisfação, no caso destes, era extravasada em canções de protesto. Já no livro *História do Brasil* (FERREIRA, 1985), os estudantes nem sequer aparecem. Os artistas são destacados, mas não como opositores ao regime. Estão inseridos em um ponto chamado "Aspectos culturais", no qual apenas se descreve o que foi produzido de importante na literatura, na ciência, no teatro e na música do Brasil.

Os operários, por sua vez, junto aos líderes da resistência armada Carlos Marighella e Carlos Lamarca, são considerados os grandes opositores ao governo. As greves

preparadas pelos trabalhadores foram reprimidas com força, “[...] o que trouxe como resultado a intervenção em sindicatos, com a destituição de suas diretorias e a prisão de seus integrantes, além da morte de inúmeros grevistas” (FERREIRA, 1985: 369). Quatro mortes oriundas da repressão do Estado são destacadas no livro: a de Carlos Marighella, a de Carlos Lamarca, a do jornalista Vladimir Herzog e a do operário Santo Dias da Silva. Há até uma foto retratando a multidão que compareceu à missa celebrada no dia do enterro deste último e outra mostrando uma das greves que eclodiram na região do ABC, em São Paulo, de 1978 a 1980. É interessante observar que a morte do estudante Edson Luís, em um confronto com a polícia quando participava de um protesto pela melhoria da qualidade da comida servida no restaurante Calabouço, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tão presente nos livros a partir da década de 1990,

foi ignorada nesses dois livros de 1985.⁵ A aparição de destaque dos movimentos de trabalhadores nos livros da década de 1980 pode ser explicada pelo papel atuante que representavam naquele momento, com os sindicatos fortalecidos pelo movimento de redemocratização ao se encerrar a interferência do regime militar em sua direção e com a organização de grandes greves.

Na década de 1990, os estudantes saem da posição de pouca projeção em que os livros dos anos 1980 os haviam colocado e alcançam um lugar de prestígio, no qual permanecem até hoje. O livro *História do Brasil*, de Luiz Koshiba e Denise Pereira, publicado em 1993, nada fala sobre os artistas; e, sobre os operários, descreve em poucas linhas as greves da década de 1970 em São Paulo e a morte do operário Manoel

⁵ A investigação feita por Aristeu da Rocha, nos livros didáticos publicados entre 1967 e 1988, revelou, como já era de se esperar, por se tratar – com a diferença de alguns anos – do período de vigência do regime militar, que nenhum autor destacou o episódio envolvendo o restaurante Calabouço (ROCHA, 2008: 183).

Fiel Filho, que, assim como Vladimir Herzog, foi torturado e morto covardemente nos porões da ditadura, depois de ter comparecido à sede do Exército, em São Paulo, para prestar depoimento, sendo apresentada pelas autoridades a versão oficial de que havia cometido suicídio.

Diferentemente do espaço nulo dedicado aos artistas e ínfimo em relação aos operários, reservam-se no livro de Luiz Koshiba e Denise Pereira alguns parágrafos para falar dos estudantes, que são entendidos como os grandes opositores ao governo:

No ano seguinte [1968], os estudantes saíram às ruas, nas principais cidades do país, protestando contra a "ditadura". Os confrontos entre a polícia e os estudantes se multiplicaram, culminando com o assassinato do estudante Edson Luís, ainda menor de idade, no Rio de Janeiro. O brutal assassinato não intimidou os estudantes, que promoveram, no Rio, a célebre Passeata dos Cem Mil, a maior demonstração pública de repúdio ao regime militar. (KOSHIBA; PEREIRA, 1993: 356).

Destaca-se ainda a realização pelos estudantes de um congresso

ilegal para reorganizar a extinta União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrido em Ibiúna, no Estado de São Paulo, em outubro de 1968. Descoberto pelos órgãos de repressão, o evento foi desmantelado, e seus participantes presos. Podemos conjecturar uma explicação para ter se atribuído destaque aos estudantes nesse livro produzido em 1993, o que não se deu na década de 1980, com base no contexto político em que os autores viviam: a crise do governo Collor. Em 1992, a população brasileira saiu às ruas para pedir o *impeachment* do presidente. Com cada vez mais adeptos, os protestos tiveram, como protagonista, a juventude, que pintou no rosto o "Fora Collor" e criou, assim, o movimento dos "caras-pintadas". Seguindo a mesma lógica, é possível entender a diminuição do número de referências aos operários como grandes opositores ao regime militar nos manuais escolares dos anos 1990, sobretudo quando comparado à década de

1980, pela conjuntura em que o movimento operário se encontrava nessa época: privatização, terceirização, crise e enfraquecimento dos sindicatos.

Nos manuais escolares produzidos em 2002, 2008, 2010 e 2011, é possível perceber certo equilíbrio entre os espaços reservados aos estudantes e aos operários, considerados os grandes opositores ao regime. Sem contar, claro, com os grupos da luta armada. Os protestos no restaurante Calabouço e a reorganização da UNE no congresso de Ibiúna, por parte dos estudantes, e a resistência à intervenção do governo nos sindicatos e a organização de grandes greves, por parte dos operários, foram retratados nos livros como a demonstração de que esses dois grupos desafiavam constantemente a ditadura. Não é à toa que, para confirmar esse espírito combativo atribuído aos dois nas narrativas dos livros, em quase todos vão estar presentes os assassinatos do

operário Manoel Fiel Filho e do estudante Edson Luís. Já os artistas têm um espaço mais reduzido se comparado ao dos estudantes e operários. A resistência desse grupo ao governo se fazia representar pela chamada "arte engajada", cujas principais representantes foram as canções de protesto, que mesclavam a atividade intelectual à política, pelas quais muitos acabaram sendo presos, torturados e exilados.

A violação dos direitos humanos

Neste ponto, retratamos como, ao longo de 25 anos, os manuais escolares abordaram a questão da violação dos direitos humanos perpetrada durante o período em que a ditadura militar governou o Brasil. A análise da narrativa sobre a violência presente nos livros estudados nos permite dividi-los em dois períodos: anos 1980 e 1990, e dos anos 2000 aos dias atuais. A passagem de uma fase a outra apresentou grandes

alterações nas representações a respeito do tema.

O primeiro aspecto a ser destacado é quanto à forma empregada pelos autores para descrever as violações cometidas. Nos livros dos anos 1980 e 1990, as prisões, torturas e mortes eram retratadas de modo simples, sem muitos detalhes. Isso começa a se alterar completamente nos anos 2000, e tal mudança alcança o auge nos livros de 2010 e 2011, atualmente empregados nas escolas do país. Não basta mais apenas saber que houve prisões, torturas e mortes; é preciso descrever com detalhes todo o sofrimento a que alguns brasileiros foram submetidos, como se a dor fosse de alguma forma compartilhada e sentida pelos alunos/leitores. Sendo assim, tornou-se uma tendência recente, iniciada no século XXI, contar nos mínimos detalhes as técnicas, táticas e estratégias desenvolvidas pelos torturadores para arrancar de suas vítimas

a confissão de crimes e a ligação com grupos considerados subversivos.

Com isso, ficamos sabendo que, para a prática da tortura, "existiam vários métodos e instrumentos, como paus de arara, choques elétricos, afogamentos, geladeiras, produtos químicos, lesões corporais e o uso de insetos e animais" (SANTIAGO; CERQUEIRA; PONTES, 2010: 158), e que ela "foi utilizada em pessoas de todas as idades, sexo ou situação física e psicológica. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos" (COTRIM, 2010: 217). Além disso, alguns autores optaram por inserir no livro relatos dos próprios torturados contando suas experiências, o que pode causar um impacto maior nos leitores, que entram em contato com a fala da vítima. Ronaldo Vainfas utiliza desse artifício ao inserir em seu livro, escrito com outros autores, o depoimento de um ex-guerrilheiro,

Jacob Gorender, que conta como foram as torturas que sofreu no tempo em que permaneceu preso (VAINFAS et al., 2010: 349).

Gislane Seriacopi e Reinaldo Seriacopi fazem o mesmo ao extraírem do livro *Brasil: tortura nunca mais* o seguinte depoimento:

[O depoente conta que] foi conduzido às dependências do Doi-Codi, onde foi torturado nu, após tomar um banho pendurado no pau de arara, onde recebeu choques elétricos através de um magneto, em seus órgãos genitais e por todo o corpo, [...] foi-lhe amarrado um dos terminais do magneto num dedo de seu pé e no seu pênis, onde recebeu descargas sucessivas, a ponto de cair no chão. (SERIACOPI; SERIACOPI, 2008: 483).

Além dos depoimentos e relatos inseridos nos livros, mais um modo foi encontrado pelos autores para destacar as torturas: o uso de fotografias. Se, nas décadas de 1980 e 1990, os livros, ao retratarem a morte de Vladimir Herzog, utilizavam uma foto tirada da missa realizada no dia de seu enterro, dos anos 2000 em diante os manuais didáticos optaram

pelo uso de outra fotografia: a do cadáver do jornalista na cela das dependências do Exército, em que é possível notar as marcas de tortura em uma cena falsamente montada pelos militares para parecer que ele havia cometido suicídio.

Na década de 1980, gastava-se grande espaço do capítulo referente ao regime militar para abordar os aspectos econômicos. Isso pode ser explicado primeiramente pela influência da historiografia dos anos 1970, que priorizava as relações econômicas. A historiografia alterou isso justamente nos anos 1980, mas a importância crescente de uma história social demorou mais alguns anos para ser incorporada aos livros didáticos. Além disso, a conjuntura econômica encontrada pelos autores no momento da escrita dos livros era de recessão. Então, compreender as ações econômicas empreendidas no período do regime militar era chegar às causas que levaram às próprias dificuldades encontradas no presente.

O melhor exemplo é o do livro *História da sociedade brasileira*, de Francisco Alencar, Lucia Carpi e Marcus Venício Ribeiro (1985), em que, das 16 páginas que formam o capítulo, 8 são dedicadas à economia.

Nos livros didáticos dos anos 1990, os aspectos econômicos ainda obtinham bastante espaço, como podemos ver em *História do Brasil*, de Luiz Koshiba e Denise Pereira (1993), ao destinar ao assunto 6 de ao todo 14 páginas. Nos anos 2000, há uma alteração profunda e passa-se a reservar pouco espaço para isso, de no máximo uma página, bastando algumas informações sobre o "milagre econômico". Ou seja, a partir desse momento, os aspectos culturais e políticos crescem, trazendo com eles muito mais informações acerca dos atentados aos direitos humanos. Se, na década de 1980, os livros didáticos se preocupavam muito em divulgar o número de pessoas mortas ou desaparecidas, nos anos 2000 a preocupação é transformar esses

números em pessoas de carne e osso, com nome e sobrenome. Daí a tendência de se utilizarem os depoimentos e relatos dos que foram torturados. Além disso, é preciso revelar quem foram os torturadores. Nesse momento, passa-se a inserir nos manuais escolares nomes como o de Sérgio Paranhos Fleury.

Outra tendência verificada, mas agora especificamente nos livros de 2010 e 2011, é a de incluir a violência do Estado brasileiro em um contexto maior de ditaduras ocorridas na América Latina. Por exemplo, o livro *Conexões com a história*, de Alexandre Alves e Letícia de Oliveira (2010), insere o conteúdo sobre o regime militar brasileiro em um capítulo intitulado "Ditaduras militares na América Latina". *História geral e do Brasil*, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, publicado em 2011, utiliza o mesmo texto base encontrado no livro *História para o ensino médio*, publicado em 2002 pelos mesmos autores e pela mesma

editora, Scipione. No entanto, algumas atualizações foram empreendidas, sendo uma delas a inclusão de informações a respeito dos golpes militares surgidos em outros países da América Latina.

Finalizamos este ponto acrescentando que os manuais escolares de 2010 e 2011 apresentam um revisionismo importante quanto à relação dos presidentes militares com a violência. Alguns livros põem em xeque determinadas visões que consideram poder dividir os governos militares em períodos bem marcados, um brando, em que a violência mais acentuada, com tortura e morte, não teria ocorrido, e outro mais rígido. Por exemplo, Ronaldo Vainfas e colaboradores, ao refletirem sobre o governo de Castelo Branco, afirmam:

É muito difícil concordar com as teses que defendem que Castelo Branco representava a “linha moderada” ou “democrática” do Exército, em oposição ao grupo liderado por Costa e Silva, chamado de “linha dura”. Foi no governo de Castelo que as instituições democráticas foram desmanteladas e as perseguições políticas e as torturas

tiveram início. (VAINFAS et al., 2010: 337).

Em uma passagem da obra de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, que também não consta da versão de 2002, os autores relativizam a imagem “democrática” atribuída ao general Ernesto Geisel com a ajuda de um trecho do livro *A ditadura derrotada*, de Elio Gaspari:

Em virtude de suas ações contra a linha dura e em defesa da abertura política, Geisel costuma ser superestimado como líder democrático ou progressista. No entanto, convém lembrar que, durante o auge da repressão, sua posição era de tolerância e mesmo de apoio ao uso da violência. Em conversa com seu futuro ministro do Exército, general Dale Coutinho, em 1974, Geisel foi categórico: “[...] esse troço de matar é uma barbaridade, mas acho que tem que ser [...]. Nós não podemos largar essa guerra. Infelizmente nós vamos ter que continuar [...]” (VICENTINO; DORIGO, 2011: 218).

Assim, os livros didáticos mais recentes contribuem para mostrar como a violência, até em suas formas mais cruéis, permeou todo o período de duração do regime militar, sem exceção.

Considerações finais

Esta breve análise de um conjunto de livros didáticos de história produzidos no período de redemocratização do Brasil mostrou que o espaço reservado ao ano do golpe, à implementação e ao desenvolvimento do regime militar passou por transformações significativas ao longo dos últimos 25 anos no que diz respeito aos seguintes temas abordados nesta pesquisa: a denominação do novo regime; a participação dos civis; os grupos de oposição ao regime; e a violação dos direitos humanos. De todas essas alterações nas representações acerca do regime militar no país, presentes nos lugares de memória que são os livros didáticos, a questão do desrespeito aos direitos humanos é a que mais chama atenção, por seu crescimento e avanço. De poucas referências ao assunto, na década de 1980, chegamos aos atuais livros didáticos com reflexões mais profundas sobre essa questão.

Tal mudança pode ser explicada por uma série de fatores, como a ampliação dos estudos acadêmicos sobre o tema, o que resultou em um aumento significativo de seminários, dissertações, teses, artigos e livros sobre o assunto; e a pressão crescente de famílias que tiveram seus parentes torturados e mortos pelo regime militar para que o assunto fosse debatido, e os responsáveis julgados por seus crimes. Além disso, o capítulo dedicado ao regime militar foi favorecido pela transformação e pela modernização do campo editorial brasileiro. Ou seja, mudanças na forma dos livros didáticos tiveram reflexos diretos no conteúdo das obras. Se pensarmos que os manuais escolares das décadas de 1960 e 1970 eram quase sempre completamente pretos e brancos, e que os capítulos eram constituídos basicamente de textos corridos, sem o emprego, por exemplo, de imagens, fotos, tirinhas, o avanço foi muito significativo.

Nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo, aos textos foram acrescentados com mais intensidade materiais que auxiliassem no entendimento da matéria retratada, ainda que não houvesse toda a facilidade aberta com o uso do computador e das tecnologias desenvolvidas com o advento da internet. Essas tecnologias chegaram ao ápice nos anos 2000, quando houve aumento significativo do uso de computadores e da internet pela

população e um crescimento considerável no número de *sites* disponibilizando fotos, charges, depoimentos, entre outros documentos históricos, facilitando e muito o acesso das editoras a diferentes materiais que retratassem determinada época, sendo inseridos nos diferentes capítulos dos livros didáticos, até mesmo no que se refere ao período de 1964 a 1985.

Referências

Teses e dissertações

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo (USP), 1993.

CALDAS, Karina Ribeiro Mendonça. *Nação, memória e história: a formação da tradição nos manuais escolares*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2005.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial*

brasileiro, 1964-1985. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1992.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. *O regime militar no livro didático de história do ensino médio: a construção de uma memória*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2008.

Livros e artigos

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: tortura nunca mais*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set.-dez. 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GATTI JR., Décio. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru/SP: Edusc, 2004.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice A. B.; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.). *A história na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 175-199.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. p. 273-274.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 271-296.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan.-jun. 2010.

_____. O sol sem peneira. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 83, p. 31-35, ago. 2012.

REZNIK, Luís. A construção da memória no ensino da história. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Org.). *1964-2004. 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p. 339-350.

Livros didáticos

ALENCAR, Francisco; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venício. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Conexões com a história*. São Paulo: Moderna, 2010. v. 3.

COTRIM, Gilberto. *História global*. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3.

FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. São Paulo: Atual, 1993.

PETTA, Nicolina Luiza de; OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. *História: uma abordagem integrada*. São Paulo: Moderna, 1999.

SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. *Por dentro da história*. São Paulo: Escala Educacional, 2010. v. 3.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. *História*. São Paulo: Ática, 2008.

VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio*. São Paulo: Scipione, 2002.

_____. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. v. 3.